

Governador do Acre pede flexibilização da LRF durante pandemia

O governador do Acre, Gladson Cameli (PP), ajuizou no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade, para afastar as limitações previstas Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000 – LRF) sobre despesas com pessoal em relação aos servidores da área de saúde indispensáveis ao combate à pandemia do novo coronavírus. O relator é o ministro Alexandre de Moraes.

Reprodução



Governador do Acre, Gladson Cameli (PP)
Reprodução/TV

O governador alega que, por estar afastado dos grandes centros industriais, o estado tem dificuldades logísticas e de abastecimento de mercadorias básicas e de insumos e equipamentos médicos para enfrentar a Covid-19.

Aponta ainda que o Acre tem limitações severas na prestação do serviço de saúde. Camelli relata que, devido às restrições da LRF, as contratações na área de saúde s  têm sido realizadas para substituir servidores que saíram, impossibilitando o aumento do quadro durante o estado de calamidade pública. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

ADI 6.394

Autores: Redação ConJur